

**- XLVII -****MAGISTÉRIO SUPERIOR E FORMAÇÃO DOCENTE:  
POLÍTICAS, CONTEXTOS E PRÁTICAS****Jane Rangel Alves Barbosa**

Universidade Castelo Branco

janerangel@globocom

**INTRODUÇÃO**

A formação docente é estreitamente compreendida como profissionalização e preparação do professor para a carreira do magistério, tomando como preceito o compromisso de formar o cidadão de acordo com a sociedade em que vive. Nesse contexto, é necessário entender que a formação docente no âmbito de desenvolver os saberes, exige qualificação, valorização profissional e políticas adequadas para o trabalho do docente. O conceito de formação docente é flexível, com múltiplas perspectivas associadas com o desenvolvimento desse profissional que é o professor, com apropriação prática e teórica da função do magistério. Nessa perspectiva, a formação continuada de professores tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade. O presente estudo tem por finalidade refletir sobre a formação continuada de professores da Educação Superior, diante dos desafios que se colocam numa sociedade globalizada, a partir da literatura ajustada à temática. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que pontua a formação continuada como um desafio, suscitando vários questionamentos sobre a formação inicial e continuada. Em relação aos caminhos de construção de uma nova perspectiva, busca-se repensá-la o que torna-se necessário a articulação entre “pesquisa” e “prática pedagógica”.

## DESENVOLVIMENTO

No contexto da sociedade contemporânea, o protagonismo das políticas educacionais e as transformações ocorridas no cenário brasileiro são fundamentais para compreender que tais modificações implicaram nas características apresentadas pelo Estado, que interferem significativamente no cenário educacional, bem como no processo de formação docente. Diante desta perspectiva, o Ministério da Educação (MEC) pressionado pelas demandas e pressões de diferentes grupos sociais, vem promovendo ações demonstrando uma constante preocupação com a educação, no que se refere à Educação Básica. No entanto, frente à formação de professores para a Educação Superior, observamos fragilidades neste cenário, que comprometem a qualidade da educação e a formação de profissionais de diferentes áreas de conhecimento, principalmente pelas transformações na sociedade contemporânea. A relevância da temática se justifica pelo protagonismo que tal processo tem em relação à formação de professores e, por consequência, na efetiva ação abrangente e de qualidade, inserida no contexto atual, não só focada na formação acadêmica para a Educação Básica, mas também, para a formação de docentes para a Educação Superior, nos estudos e pesquisas recentes (JÚNIOR; PRATA-LINHARES; KARWOSKI, 2018).

Quanto à natureza das atividades formativas (JÚNIOR; PRATA-LINHARES; KARWOSKI, 2018), os autores destacam que as atividades de formação continuada das IES focam-se, em geral, nos seguintes aspectos, dentre outros: a **formação** (preocupada com a melhoria da prática pedagógica); o **desenvolvimento** (favorecer o desenvolvimento profissional dos professores, com vistas à melhoria da prática pedagógica) e a **atualização** (relativa aos conhecimentos específicos). No Brasil, a realidade ainda está distante de ser concretizada, mas já se percebe um movimento em direção a uma institucionalização das ações desenvolvidas nas IES com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional docente do professor universitário. Assim, formação, educação, pesquisa e ensino se complementam e se completam. Sem pesquisa, não há conhecimento e o conhecimento traz o desenvolvimento econômico e social. O Plano Nacional de Educação (PNE), que entrou em vigência em 2014, foi uma das conquistas mais importantes do setor. Ao analisar um dos balanços, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC, 2018), até agora, apenas um dos 20 objetivos previstos foi cumprido integralmente. Até o presente momento, o Brasil cumpriu integralmente apenas a meta 13 do Plano, que determina o aumento na proporção de professores da educação superior com pós-graduação. No entanto, a lei prevê que, até 2024,

todos os dispositivos do PNE (2014 – 2024), que não se restringem às Metas, sejam cumpridos. De acordo com o levantamento feito pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), porém, poucas serão as metas que serão atingidas.

Quanto à valorização do professor, não se pode pensar apenas na formação inicial, temos que olhar a formação continuada, o plano de carreira e as condições ofertadas para tempo de planejamento do professor. O estudo do MEC (2018) mostra que a meta 13 já foi cumprida. A determinação de ter 75% do corpo docente com titulação de mestre e/ou Doutor, prevista para 2024, já havia sido alcançada em 2015. Em 2016, último dado disponível, 77,5% dos professores universitários do país tinham essa formação. Apesar da conquista, as disparidades regionais ainda são frequentes. Um exemplo dessa diferença é o fato de que, enquanto na Região Norte o índice de professores Mestres/Doutores ainda está abaixo do esperado, com 69,5%, no Sul essa taxa chega a 80,5%. No que tange à formação e no desenvolvimento profissional do professor para a educação superior, os estudos revelam pouca atenção dada a este nível de ensino no Brasil.

Nessa perspectiva, os estudos destacam a “urgência” de ressignificar os processos formativos a partir dos conhecimentos pedagógicos, inerentes e necessários à profissão docente. Quanto às pesquisas e os estudos, mais recentes no Brasil, no que tange às políticas institucionais de formação continuada de seus docentes para atuar na Educação Superior, há necessidade da instituição de uma política nacional de incentivo à formação pedagógica, articulada pelos órgãos de fomento. No pensamento desses autores, uma proposta interessante seria considerar todos os aspectos profissionais que envolvem a carreira docente, não apenas as questões pedagógicas do processo de ensino e aprendizagem, mas também da gestão da carreira acadêmica e todas as suas implicações, a valorização do ensino, da pesquisa e da extensão e as questões administrativas das instituições de educação superior (JÚNIOR; LINHARES; KARWOSKI, 2018, p.80).

## CONCLUSÃO

Ao buscar compreender a atividade docente na Educação Superior e a proposição de alternativas à preparação dos seus profissionais, os estudos e as pesquisas apontam a inseparabilidade entre a formação inicial/continuada e o conjunto das questões que, historicamente, têm permeado o seu fazer educativo, dentre elas: salário, jornada, carreira, condições de trabalho, currículo e gestão. Assim, a docência na Educação Superior é uma

atividade complexa, o que pode distingui-la de outras profissões, situando-se nesse contexto a “ciência pedagógica” e só com essa perspectiva contribuirá para a formação de professores.

## REFERÊNCIAS

DALBERTO, O.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. P. O desafio de ser e de atuar como Professor Universitário. In: Revista Científica, São Paulo, n.26, p. 209-225, jul/dez, 2011

CAMPOS, V. T. B. Docência no Ensino Superior: representações de pós-graduandos de instituições federais de ensino superior. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34, 2011, Natal. Anais eletrônicos.... Natal, RN. GT 11 – Política de Educação Superior. Disponível em: <http://WWW.anped11.uerj.br/GT11-1133%20int.pdf> Acesso em 10 abr. 2018

CUNHA, M. I. da (Org). Trajetórias e Lugares de Formação da Docência Universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional Araraguara/São Paulo: Junqueira & Marin, 2010

ALBUQUERQUE, M. O. de A. Formação Continuada e o Processo de Socialização Profissional. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO. DA UFPI, 4, p. 1-14, 2006, Teresina. Anais eletrônicos. Teresina: UFPI, 2006. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsite> Files/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt2/gt2\_2006\_05.PDF. Acesso em: 20 nov 2016

JUNIOR, A. P. de O; LINHARES, M. M. P.; KARWOSKI, A. M. Formação Docente no Contexto Brasileiro das Instituições Federais de Educação Superior. In: Ensaio. Avaliação Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, RJ 26, n. 98, p. 52-90, 2018